

História da Matemática

Editor:
Luís Saraiva

ANTÓNIO MONTEIRO E UM RELATÓRIO DE 1939 DO INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA

Ilda Perez

FCUL - Departamento de Matemática
e-mail: isilva@cii.fc.ul.pt

Resumo: Neste artigo é feita uma leitura comentada da publicação, *Serviço de inventariação da Bibliografia Científica Existente em Portugal – Relatório*, editada pelo Instituto para a Alta Cultura (IAC) em 1939 e que é da autoria do matemático, e inventariador do IAC, António Aniceto Monteiro.

1 Introdução

Neste artigo comentamos um texto pouco ou nada conhecido do matemático António Aniceto Monteiro. Trata-se de um relatório oficial do Instituto para a Alta Cultura (IAC), de 1939, de título: *Serviço de inventariação da Bibliografia Científica Existente em Portugal – Relatório* [IAC, 1939].

Como veremos o relatório é interessante por duas razões: a primeira, por abordar as questões de documentação científica que se punham na época e que levaram à criação em 1937 do Serviço de Inventariação da Bibliografia Científica do IAC que, de alguma forma, chegou aos nossos dias. A segunda, por permitir uma leitura mais clara e integrada das iniciativas de António Monteiro no período entusiástico da sua actividade matemática em

Portugal: 1937-1942, permitindo em particular, esclarecer como é que, não sendo docente universitário, o percurso matemático de Monteiro se faz com financiamento do IAC e na Faculdade de Ciências de Lisboa, ver também [Perez-Rezende, 2012].

Recorde-se [Gomes, 1984], [Amaral, 2007] que António Aniceto Monteiro (1907–1980) se doutorou em Matemática em 1936, na Universidade de Paris com uma tese na área da topologia/análise funcional orientada por Maurice Fréchet. De regresso a Portugal foi o principal ideólogo e responsável por uma série de iniciativas que constituíram uma verdadeira política de renovação e desenvolvimento da Matemática em Portugal – o Movimento Matemático dos anos 40 (ver [Perez, 1997], [Saraiva, 2007]).

Em Portugal, a Constituição de 1933, a que se acrescentou legislação específica, impunha, já em 1936, fortes condições ideológicas aos funcionários públicos. Monteiro, considerando tais condições inaceitáveis abandonou, no regresso, a ideia de prosseguir a carreira docente universitária.

Todo o trabalho matemático de Monteiro entre 1937 e 1942/1943 foi realizado sendo funcionário do Instituto para a Alta Cultura (IAC), mais precisamente, inventariador do Serviço de Inventariação da Bibliografia Científica, uma posição tão subalterna e temporária no funcionalismo público que não necessitava de “verificações” ideológicas.

O Presidente do IAC neste período era o Professor e Director da Faculdade de Medicina de Lisboa Augusto Celestino da Costa¹. Era seu consultor para a área da Matemática o antigo Reitor da Universidade de Lisboa, ex-Director e Professor jubilado da Faculdade de Ciências de Lisboa: Pedro José da Cunha². Pedro José da Cunha fora professor de Monteiro na Faculdade e, desde esse tempo, mantinha com Monteiro uma relação de estima e admiração mútuas.

Se um certo idealismo e a circunstância da Guerra Mundial que estava em curso, podem ter mantido Monteiro em situação tão precária, a verdade é que em 1943, aceitando um convite para catedrático convidado da Universi-

¹Augusto Celestino da Costa (1884-1956), histologista e embriologista com contributos relevantes na área. Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa (1911-1947). Expulso da Universidade em 1947, e posteriormente reintegrado. Defensor da Introdução da Investigação Científica nas Universidades Portuguesas. Vice-presidente e Presidente da Junta de Educação Nacional 1934-36 e Instituto para a Alta Cultura 1936-42.

²Pedro José da Cunha (1867-1945), matemático. Tem um vasta obra na área da educação. Foi um dos primeiros reitores da Universidade de Lisboa. Foi Director da Faculdade de Ciências. Professor de Matemática e Astronomia na Faculdade de Ciências de Lisboa. Foi o primeiro Presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática (ver Vol. II de [Simões, 2012]).

dade Federal do Rio de Janeiro, Monteiro decidiu abandonar definitivamente Portugal.

Em 1942 Celestino da Costa fora substituído na Direção do I.A.C. pelo germanófilo Gustavo Cordeiro Ramos³ que permaneceria no cargo nos 22 anos seguintes. Em 1943 era criada, por Ruy Luís Gomes, Aureliano de Mira Fernandes e António Monteiro, a Junta de Investigação Matemática, uma associação privada para o financiamento de projectos na área da matemática (ver [Perez, 1997]).

2 António Monteiro um inventariador muito especial

No Prefácio do relatório, o Presidente do IAC refere explicitamente a criação e atribuição de uma verba orçamental a partir de 1937 (propositada para Monteiro?) ao serviço de inventariação científica que era dirigido por Francisco Leite Pinto⁴. De seguida, em dois dos 3 primeiros parágrafos, faz referência explícita à importância da colaboração do ex-bolseiro Doutor António Monteiro.

No orçamento do IAC figura desde 1937 uma verba destinada ao serviço de inventariação da bibliografia científica. O secretário do IAC, então o sr. Engenheiro Francisco Leite Pinto, foi encarregado desse importante serviço e dele se desempenhou com a inteligência e o interesse que sempre poz no exercício do seu difícil cargo e nas funções que lhe têm sido cometidas. Graças à colaboração de dedicados inventariadores, entre os quais se destaca o Doutor António Monteiro, antigo bolseiro,

³Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), político e especialista de literatura alemã. Professor na Faculdade de Letras de Lisboa. Ministro da Educação Pública em 3 governos da Ditadura Nacional entre 1928 e 1933. Criou em 1929 a Junta de Educação Nacional e esteve na origem da Mocidade Portuguesa. Foi Deputado à Assembleia Nacional e Presidente do Instituto para a Alta Cultura entre 1942-1964.

⁴Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000) tal como António Monteiro licenciou-se em Matemática na Faculdade de Ciências de Lisboa e é sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Matemática. Ao contrário de Monteiro era um homem pró-regime Salazarista. Entre 1934 e 1939 foi Secretário da Direção da Junta de Educação Nacional. Integrou a direção do IAC a partir de 1936. Cargo este que foi acumulando até 1947 com o de membro da Direção da Mocidade Portuguesa, Deputado na 2^a Legislatura de Assembleia Nacional, Professor efectivo do Liceu Gil Vicente, Professor catedrático interino do ISCEF, director do Centro de Estatística Económica do IAC. Foi Ministro da Educação entre 1955 e 1961 e posteriormente Presidente da Junta de Energia Nuclear e Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

poude êsse serviço ser iniciado e prosseguido com rapidez, mau grado as dificuldades de vária espécie encontradas. (...)

O relatório que segue, redigido pelo Dr. António Monteiro e já aprovado pela Direcção, é uma lúcida exposição dos motivos dêste serviço, dos objectivos a preencher, das condições em que teve de ser feito, dos resultados já obtidos e do estado actual dos trabalhos e do que resta ainda fazer. (...)

Num dos últimos parágrafos Celestino da Costa, valoriza e reforça o seu apoio às sugestões e estudos para a definição de uma política de publicações científicas nacionais, apresentados no relatório, matéria que caracteriza como difícil e melindrosa:

O serviço de inventariação tem diante de si problemas cuja resolução custa trabalho e levará tempo (...). Mas não hesita em empreender um outro estudo (...). Queremo-nos referir à questão da publicação dos trabalhos científicos, ao problema das revistas que devem recolhê-los, assunto este cheio de dificuldades e de melindres de toda a espécie mas que nem por isso mesmo deve deixar de empreender-se. (...)

Voltaremos a esta questão na próxima secção.

Convém referir que um relatório anterior de 1930⁵, da autoria de Celestino da Costa, reportava, com minúcia, área por área, o estado de apetrechamento das bibliotecas científicas portuguesas (das Universidades, dos Institutos e Laboratórios). Nesse relatório, Celestino da Costa, referia já a questão da Documentação Bibliográfica como uma das áreas em que o Estado deveria investir, a começar pelas bibliotecas das Universidades.

Este relatório de 1939, que estamos a analisar, inclui e reflete sobre os dados de um inventário que estava a decorrer, às revistas e publicações científicas *periódicas* existentes nas bibliotecas científicas. Este inventário tinha tido início em 1937 e à data da publicação da brochura estavam inventariadas as Bibliotecas das Universidades de Lisboa e as primeiras da Universidade do Porto.

⁵*Relatório As Necessidades de Investigação Científica em Portugal*, apresentado ao Instituto para a Alta Cultura em 6 de Março de 1930 pelo Prof. A. Celestino da Costa (citado no relatório de 1939).

3 O relatório propriamente dito e as questões para o futuro

O relatório tem duas partes: a “Introdução” (páginas 1 a 30) e “A realização do Inventário e a sua utilização” (páginas 31 a 45).

Concentrar-nos-emos na primeira parte do relatório, porque a segunda refere apenas questões técnicas de pormenor e a listagem integral das bibliotecas inventariadas à data da publicação.

Na primeira parte Monteiro reflete sobre as necessidades da ciência contemporânea.

Transcrevemos os primeiros parágrafos porque ainda hoje seria difícil escrever uma introdução mais sintética sobre as características da investigação científica contemporânea:

A investigação científica é um dos factores determinantes da estruturação do mundo moderno e por isso na maior parte dos países se lhe atribui, dia a dia, uma importância cada vez maior.

A vida científica moderna, principalmente depois da grande guerra (1914-18), apresenta um certo número de características, entre as quais podemos indicar como fundamentais as seguintes:

1º) *Um desenvolvimento vertiginoso da actividade científica*, que se manifesta no número sempre crescente de investigadores, institutos de investigação, universidades, laboratórios, publicações, etc.

2º) *Uma especialização cada vez maior*: na actividade dos investigadores, no equipamento dos centros de trabalho e nos assuntos dos periódicos científicos.

3º) *Tendência para o predomínio do trabalho científico colectivo*, que se manifesta na formação permanente de grupos de trabalho, seminários e institutos destinados ao estudo de problemas determinados, comissões científicas nacionais e internacionais, etc... Em virtude destas circunstâncias, o tradicional isolamento do sábio está em vésperas de desaparecer por completo.

4º) *Aparecimento da investigação científica organizada, como um serviço público independente*, o que constitui uma novidade em relação ao século passado, em que o investigador era, em regra professor universitário. Por iniciativa particular ou do Estado, criam-se, um pouco por toda a parte, instituições destinadas exclusivamente à investigação científica, quer se trate de laboratórios e institutos de ciência pura, quer de instituições congêneres destinadas ao estudo de problemas estritamente relacionados com a economia dos diversos países.

5º) *Tendência para a orientação e planificação científica*, tanto no plano nacional como internacional.

6º) *O papel preponderante do Estado na organização e desenvolvimento da actividade científica*. Podemos apresentar os seguintes exemplos: Alemanha, a União de auxílio á ciência alemã (*Notgemeinschaft*) (...). Na Bélgica, o *Fonds National de la Recherche Scientifique*... Na China a *Academia Sínica* ... Em França a *Caisse Nationale des Sciences e o Conseil Supérieur de la Recherche Scientifique* Na Itália, o Conselho Nacional de Investigação ... No Japão o Conselho Nacional de Investigação ... Em Portugal a *Junta de Educação Nacional (hoje Instituto para a Alta Cultura)*.

Todas estas circunstâncias transformaram o problema da investigação científica num problema de grande complexidade e vieram pôr em evidência a necessidade urgente de se proceder a uma verdadeira organização do trabalho científico sob todos os aspectos.

O texto prossegue, recordando com excertos do relatório de 1930⁶, as graves carências em livros e em assinaturas de revistas da maioria das bibliotecas científicas das várias Universidades em quase todas as áreas. Analisa depois, de forma global, os resultados do inventário sobre publicações científicas periódicas que estava em curso. Acaba sugerindo medidas, que o Serviço de Inventariação poderia passar a assegurar, no sentido de melhorar a gestão da Documentação Científica existente bem como o impacto do financiamento feito ou a fazer pelo Estado.

Essas medidas, constituem os três últimos parágrafos/secções da primeira parte do relatório, e serão analisadas com um pouco mais de detalhe a seguir:

A primeira dessas medidas diz respeito à *coordenação na aquisição de periódicos* e é ilustrada no texto que reproduzimos da página 20 do relatório:

Uma das medidas importantes a tomar é criar um sistema de coordenação na aquisição de periódicos entre as bibliotecas das instituições científicas portuguesas. Procurar-se-ia, na medida do possível, e de acordo com os interesses dos estudiosos, evitar a duplicação na aquisição de periódicos, afim de obter melhor aproveitamento das verbas orçamentais destinadas a isso. (...)

Mas, uma vez que o I.A.C. procede à inventariação dos periódicos científicos existentes nas bibliotecas portuguesas, torna-se possível estabelecer uma coordenação na aquisição de periódicos. (...)

⁶Celestino da Costa, *idem*.

Aparece em seguida um segundo conjunto de medidas que diz respeito às *Necessidades e Vantagens da organização dos periódicos científicos portugueses e da coordenação do serviço de trocas internacionais*. O excerto das páginas 23 a 25 do relatório que transcrevemos a seguir aborda a questão das revistas portuguesas, o assunto referido no Prefácio como “cheio de dificuldades e melindres de toda a espécie”:

(...) Nesta ordem de ideias queremos indicar as seguintes palavras do Prof. Dr. Celestino da Costa, extraídas do seu relatório: O problema da Investigação Científica em Portugal (1930): “Dum modo geral o I.A. C. favorecerá a existência de revistas que reúnam a colaboração de vários centros de estudos da mesma especialidades ou de especialidades afins, de preferência a revistas ou arquivos de instituições isolados”.

Efectivamente não se justifica a existência de vários periódicos consagrados à mesma especialidade, estabelecendo entre si uma espécie de concorrência, num país fraco em produção científica como o nosso. Mas ainda nos parece mais condenável, sob o ponto de vista da difusão da cultura portuguesa, a dispersão por várias revistas, sem carácter próprio, dos trabalhos portugueses referentes a uma mesma especialidade.

Foram estas razões que levaram o I.A.C. a apoiar a fundação, e a subsidiar a publicação da revista *Portugaliae Mathematica*, iniciativa de um dos seus bolseiros, a única revista portuguesa actual consagrada exclusivamente às ciências matemáticas, e que pretende arquivar nas suas páginas originais portuguesas, com o objectivo de dar uma ideia do movimento matemático contemporâneo em Portugal, bem como a revista *Agronomia Lusitana*, fundada pela estação Agronómica Nacional.

A organização de uma série de revistas da especialidade, todas de igual formato e com títulos análogos (a exemplo do que se fez no Japão) seria uma das melhores maneiras de organizar as publicações científicas portuguesas e de contribuir para a expansão da nossa cultura.

No caso da Matemática, a *Portugaliae Mathematica*, revista dirigida e editada por Monteiro a partir de 1936/37, visando a internacionalização da comunidade matemática nacional e financiada pelo IAC (até 1942/43), seguia em paralelo, não competindo propriamente, com as revistas que iam surgindo nas diversas Faculdades de Ciências: na de Coimbra em 1935, na de Lisboa em 1937.

Relativamente à Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa o paralelo é total: ambas surgem em 1937, ambas sediadas, até 1943, na Faculdade de

Ciências. Contudo, até 1950, os artigos de matemática que surgem na revista da Faculdade de Ciências, são exclusivamente artigos de matemática aplicada: engenharia geográfica e astronomia da autoria de professores/alunos da casa, escritos em português (ver [Simões, 2011]).

A experiência e todo o trabalho da primeira equipe da *Portugaliae Mathematica*: Monteiro, José da Silva Paulo, Hugo Ribeiro e Manuel Zaluar na negociação e estabelecimento de relações de permuta internacionais levou certamente a acoplar a organização e cadastro de publicações nacionais com a criação de um serviço de trocas internacionais.

Essa ideia é apresentada nos seguintes parágrafos tirados das páginas 25 a 27 do relatório:

Outra medida interessante a tomar seria a coordenação do serviço de trocas internacionais (...). Um trabalho dessa natureza poderia facilmente ser realizado pelo Serviço de Inventariação de Periódicos Científicos, pois possui grande número de elementos indispensáveis a uma boa orientação da organização e do estabelecimento das trocas internacionais.

Podemos identificar entre outras as seguintes vantagens na realização desse trabalho:

- 1º) A possibilidade de se organizar a propaganda simultaneamente de todas as revistas portuguesas (...).
- 2º) Facilitar às revistas portuguesas o estabelecimento de relações de permuta.
- 3º) Tornar possível a permuta com revistas que até aqui se têm recusado a aceitá-las(...) a existência de um organismo coordenador permitiria tornar possível a oferta de duas, três ou quatro revistas portuguesas em troca desse periódico (...).
- 4º) Orientar o serviço de trocas de maneira a procurar estabelecer relações de permuta com as revistas que são adquiridas pelas nossas bibliotecas.

São citados no texto exemplos de revistas nacionais que já permutavam com número significativo de revistas internacionais como o *Boletim da Sociedade Broteriana* (fundado em 1880) ligado ao Instituto Botânico de Coimbra e a mais “recente” *Folia Anatomica Universitatis Conimbrigensis* (início em 1931) ligado ao Instituto de Histologia e Embriologia de Coimbra.

Na área da matemática o *Jornal de Ciências Matemáticas e Astronómicas* fundado por Gomes Teixeira (ver [Saraiva, 2012]), que se transformou em Anais da Academia Politécnica do Porto em 1905, tinha sido um primeiro exemplo que é natural que esteja na origem da referência relativa ao

apetrechamento da Biblioteca de Matemática da Faculdade de Ciências do Porto feita na página 7: “Na Faculdade de Ciências do Porto . . . existe um esplendida biblioteca de livros e revistas da especialidade.”

Na área da Física surgiria, um pouco depois, em 1943, a *Portugaliae Physica*, fundada pelos professores da Faculdade de Ciências de Lisboa, Manuel Valadares, Aurélio Marques da Silva e Manuel Teles Antunes que, com António Monteiro, integraram o grupo progressista de recém- doutorados no estrangeiro Núcleo de Matemática Física e Química (ver [Perez, 1997] e [Simões, 2012], Vols. I e II).

A terceira e última das sugestões é a *Organização de centros de documentação* defendida nos excertos que transcrevemos das páginas 27 e 28 do relatório:

Para que os investigadores possam obter bom rendimento nas suas pesquisas bibliográficas, não basta que existam em Portugal as principais revistas da especialidade, é ainda necessário que essas revistas estejam racionalmente distribuídas pelas bibliotecas e que a sua consulta se possa fazer facilmente. Sob este aspecto é preciso reconhecer que em Portugal ainda não foram tomadas as medidas indispensáveis. Basta dizer que na maior parte das bibliotecas inventariadas não existem catálogos de periódicos.”

Por outro lado, na maior parte das escolas existe um grande numero de bibliotecas privativas dificilmente acessíveis aos estudiosos. (. . .)

A única maneira viável de resolver estas dificuldades seria a organização de centros de documentação, em número limitado, onde se faria a concentração das revistas que interessassem a um grupo de laboratórios ou centros de trabalho, bem como as colecções de teses, monografias, análises bibliográficas, actas de congressos, etc.(. . .)

Na era das bibliotecas digitais, poucos temos ideia da importância destas questões, há 70 anos atrás. Aqui fica o testemunho, sempre eficaz, de Monteiro, com a descrição do que era uma consulta a uma revista numa biblioteca científica da época:

Para obter cada um dos fascículos aparecidos torna-se necessário fazer uma requisição, esperar que se procure a obra requisitada, para, às vezes ao fim de 15 ou 30 minutos, conseguir haver às mãos um fascículo em que rapidamente se verifica (1 ou 2 minutos) não ter nenhum artigo que interesse; e recomeçar o trabalho para cada um dos periódicos existentes. Uma biblioteca nestas condições é um depósito de revistas e não um centro de trabalho.

Como resultado destas circunstâncias das bibliotecas existentes não podem os estudiosos tirar o proveito que seria possível com uma conveniente organização. A criação de centros de documentação viria por fim a este estado de coisas.

Em 1948 o Serviço de Inventariação Bibliográfica do IAC passou a Centro de Documentação Científica e em 1975, a Centro de Documentação Científica e Tecnológica, integrado no Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC).

Após a extinção do INIC, o Centro de Documentação Científica integrou a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica que deu origem, em 1997, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) onde o seu análogo é, actualmente, o programa e-ciência.

4 A relação com a Faculdade de Ciências de Lisboa

A Faculdade de Ciências é a Escola que Monteiro conhece bem, é a Escola que ao longo de todo relatório aparece sistematicamente nos exemplos que ilustram o texto. O primeiro exemplo, na página 7, em nota pé de página, reforça o facto de entre as Bibliotecas de Matemática a única bem apetrechada nos anos 30 ser a da Faculdade de Ciências do Porto:

No relatório da Junta de Educação Nacional relativo aos anos de 1934-35 diz-se, na página 350, a propósito do regresso dos bolseiros que estavam estudando matemática em Paris: “Que se pode esperar do seu labor científico se soubermos que não existe, pode dizer-se, na Faculdade de Ciências de Lisboa, uma sequer das grandes revistas da especialidade?”

Na página 22, sobre a questão da duplicação de revistas e colecções incompletas:

O Journal da École Polytechnique foi encontrado até agora em duas bibliotecas de Lisboa. Na Faculdade de Ciências existe uma parte da colecção, no valor de 12 contos; na Academia de Ciências, outra parte, no valor de 8 contos. Há só dois volumes que se repetem nas duas bibliotecas; para que a colecção fique completa em Lisboa bastará adquirir seis volumes. (...)

Na página 28 sobre os centros de documentação:

Na Faculdade de Ciências de Lisboa, por exemplo, poderiam criar-se dois centros de documentação, um de Matemática, Física e Química, outro de Ciências Naturais. Para um conveniente apetrechamento desses centros podia fazer-se a transferência, por empréstimo, de colecções que não fizessem falta noutras bibliotecas. É claro que a organização de cada centro deveria ser feita de acordo e com a colaboração das partes interessadas. (...)

Ou ainda na página 32:

Por exemplo: foi encontrado na Faculdade de Medicina do Porto um fascículo isolado de uma revista de matemática, que completa o volume correspondente que se acha na Biblioteca da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Finalmente, na página 42, na última secção do texto de título *Serviço de Informação* anuncia-se a instalação do próprio serviço de inventariação do IAC (que é feito totalmente por ele - António Monteiro!) na Faculdade de Ciências de Lisboa:

(...) o Inventário não se encontra suficientemente adiantado, nem em Lisboa, nem no Porto, para que seja possível uma rápida publicação.

Nestas condições, resolveu o I.A.C. montar um serviço de informação que permita aos estudiosos utilizarem a documentação que existe nos arquivos do I.A.C. O serviço de inventariação está hoje instalado num gabinete da Faculdade de Ciências de Lisboa, que, para esse efeito, nos foi amavelmente cedido pelo seu actual Director, Sr. Professor Dr. Vitor Hugo de Lemos⁷.

Podem portanto os estudiosos: obter directamente, no serviço de inventariação, todos os dias úteis, das 14 às 17 horas, quaisquer informações que lhes possam ser dadas; ou então escrever um simples postal dirigido ao serviço de inventariação do I. A. C., Faculdade de Ciências, R. da Escola Politécnica, Lisboa.

Com o postal de resposta-paga, terão os estudiosos as informações que desejam, na volta do correio. (...)

Mais do que o anúncio de um serviço, a notícia que aqui lemos sobre a “cedência de um gabinete ao serviço de Inventariação do IAC” era, na prática a cedência de um gabinete ao matemático António Monteiro.

⁷Vitor Hugo Duarte de Lemos (1894-1959), engenheiro militar passou á reserva em 1942. Foi Ministro da Instrução Publica em 1929-1930. Professor da secção de Matemática e Director da Faculdade de Ciências. Foi Vice-Presidente da primeira direcção da Sociedade Portuguesa de Matemática.

Com a cedência desse gabinete a Faculdade de Ciências passa a ser a sede das iniciativas mais significativas de incentivo à modernização e investigação na área da matemática, nomeadamente: a sede da *Portugaliae Mathematica*, a revista de investigação matemática fundada por Monteiro a partir de 1936/37, a sede da direcção da *Gazeta de Matemática*, revista de divulgação matemática fundada com Bento Caraça, José da Silva Paulo, Hugo Ribeiro, Manuel Zaluar e editada a partir de 1940.

O gabinete na Faculdade e o apoio do IAC aos seus projectos matemáticos permitirão ainda a Monteiro orientar os trabalhos do *Seminário de Análise Geral*, que, a partir de 1940, passou a ter uma existência oficial como Centro de Estudos Matemáticos de Lisboa do *Instituto para a Alta Cultura*, anexo à Faculdade de Ciências.

Começava assim a surgir com o financiamento e o apoio do IAC e da Faculdade de Ciências de Lisboa, uma escola contemporânea de matemática “anexa” à Faculdade de Ciências.

A Faculdade de Ciências de Lisboa era, nessa altura, uma instituição com fortes tensões internas. Recorde-se que em 1937, mais de 25 anos depois da sua transformação em Faculdade de Ciências, esta festejava os 100 anos da Escola Politécnica. Para festejar a ocasião lançava-se a *Revista da Faculdade de Ciências*.

Na Faculdade de Ciências a Licenciatura em Matemática mantinha-se vocacionada para os problemas de engenharia geográfica, geodesia e astronomia, num alheamento quase total da evolução fundamental que ocorria nesta ciência desde finais do Século XIX. No Centro de Matemática de Lisboa “anexo à Faculdade de Ciências” davam-se os primeiros passos na introdução da matemática contemporânea na Faculdade, coordenados por um investigador do IAC (pago a preço de inventariador!).

Este equilíbrio instável de forças, que marcou indiscutivelmente a evolução da Matemática não só na Faculdade de Ciências de Lisboa como em Portugal, tornou-se insustentável em 1942, com a demissão de Celestino da Costa da presidência do IAC.

5 Conclusões

Como acabamos de ver na secção anterior, o relatório permite perceber com que artifícios institucionais surgia, no ambiente politicamente e institucionalmente tenso dos anos 30 e princípios de 40 em Portugal, uma escola de matemática contemporânea. Ela surgia “anexa à Faculdade de Ciências de Lisboa”. Com o apoio do Instituto para a Alta Cultura e da própria

Faculdade de Ciências, sob a “direcção executiva” do matemático António Monteiro.

É essa escola de matemática que tem continuidade na actual comunidade matemática activa, integrada e cada vez mais reconhecida no plano internacional.

O relatório ilumina-nos também sobre o ano exacto (1937) em que as questões de documentação científica, nomeadamente o acesso a informação especializada por parte de investigadores e alunos das Universidades, passaram a ser incluídas e tratadas pelo Estado, num serviço próprio, com orçamento atribuído – o Serviço de Inventariação da Bibliografia Científica do IAC e o tipo de questões e soluções que se discutiam na altura.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias, a capacidade de transmitir grandes quantidades de informação e de conectar em rede bibliotecas fisicamente distintas, as questões de apoio documental adquiriram novas dimensões. A ideia da infinita Biblioteca de Babel de Borges é, hoje, tangível!

Na era da b-on e das bibliotecas digitais é, actualmente, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), criada em 1997, a instituição pública equivalente ao IAC de 1940, que é responsável pela coordenação das políticas públicas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A FCT é, em particular, responsável pelo programa e-Ciência de apoio às estruturas científicas que dá continuidade ao pequeno Serviço de Inventariação da Bibliografia Científica criado há 75 anos.

Referências

[Amaral, 2007] E. Amaral, L. Monteiro, J. Rezende, *António Aniceto Monteiro: uma fotobiografia a várias vozes*. Sociedade Portuguesa de Matemática, Lisboa, 2007.

[Gomes, 1984] A. Pereira Gomes (Ed.), “Nota biográfica de António Aniceto Monteiro”, *Portugaliae Mathematica* (separata), SPM, Lisboa, 1984.

[Perez, 1997] I. Perez, “Movimento Matemático 1937-1947 (meio século depois)”, *Movimento Matemático 1937-1947*, CML Biblioteca/Museu República e Resistência, Lisboa, 1997, pp. 9-27.

[IAC, 1939] IAC, *Serviço de Inventariação da Bibliografia Científica Existente em Portugal*, Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1939.

[Perez–Rezende, 2012] I. Perez e J. Rezende, “António Aniceto Monteiro, um caso singular”. In: *Professores e Cientistas*, Vol. II. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

[Saraiva, 2007] L. Saraiva, (Ed.), *Actas do Colóquio António Aniceto Monteiro*, SPM/MCUL, Junho de 2007, Número Especial do Boletim da SPM, Lisboa, 2007.

[Saraiva, 2012] L. Saraiva, “Um Jornal decisivo na Matemática portuguesa: o Jornal de Ciências Matemáticas e Astronómicas (1807-1905)”, *Boletim da SPM*, **67**, 25º Encontro do Seminário Nacional de História da Matemática, pp. 56–58, 2012.

[Simões, 2012] A. Simões (Coord.), *Memórias de Professores e Cientistas*, Vols. I e II, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001/2012.

[Simões, 2011] A. Simões, “Construções identitárias e culturas científicas”, *A Universidade de Lisboa (1834-2003) – da Revolução Liberal à Actualidade*, Lisboa, Campos de Matos e Ramos do Ó (Eds.), Universidade de Lisboa, 2011.